

Recebido em: 25/01/2021

Aceito em: 23/06/2022

DOI: <https://doi.org/10.56242/revistaveredas;2022;5;9;01-22>

Notas comunicativas de uma liderança do clã “lagarta”, dos Indígenas Sateré-Mawé/AM, sobre a covid-19

Communicative notes by “caterpillar” clan leadership, of the Indigenous Sateré-Mawé/AM, about covid-19

Renan Albuquerque¹Flávia Roberta Busarello²

Resumo: o texto partiu de diálogo com liderança indígena Sateré-Mawé/AM, da Amazônia Central, em meio ao surto do novo coronavírus, tendo em vista descrever interpretações nativas acerca da pandemia. O método de abordagem foi qualitativo, com fim descritivo e informacional, considerando o conteúdo interpretativo da narrativa. Os resultados apontaram a existência de uma estratégia própria de mitigação à covid-19, apesar da inoperância do Estado brasileiro, o que torna clara a autonomia e o poder de decisão dos povos originários amazônicos.

Palavras-chave: Sateré-Mawé; Pandemia; Amazônia; Notas Comunicativas; Indígenas; Liderança Indígena; Clã lagarta; Covid-19.

Abstract: the text started from a dialogue with the indigenous leadership Sateré-Mawé/AM, from Central Amazonia, amid the outbreak of the new coronavirus, with a view to describing native interpretations about the pandemic. The approach method was qualitative, with a descriptive and informational purpose, considering the interpretive content of the narrative. The results pointed to the existence of a specific mitigation strategy for the covid-19, despite the inoperability of the Brazilian State, which makes clear the autonomy and decision-making power of the indigenous peoples of the Amazon.

Keywords: Sateré-Mawé; Pandemic; Amazon; Communicative Notes; Indigenous; Indigenous Leadership; Caterpillar clan; Covid-19.

¹Doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Ufam (2013), com estágio de pós-doutoramento em Antropologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2017). Professor Adjunto IV da Universidade Federal do Amazonas. E-mail: renanalbuquerque@hotmail.com

²Graduada em História e Psicologia pela Universidade Regional de Blumenau (FURB). Mestra em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Doutoranda em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com período sanduíche na Universidad de Salamanca (USAL). E-mail: frbusarello@gmail.com

Problema e método de abordagem: diálogos intermundos

O relato parte de uma experiência de diálogo intermundos. De um lado, o acadêmico. Do outro, o mundo dos saberes espirituais. Os interlocutores são do universo acadêmico e nos últimos oito anos conheceram e ouviram, por inúmeras oportunidades, um exímio narrador e líder educacional da etnia Sateré-Mawé, Josias Sateré, do clã lagarta (ut), que trabalha como professor na comunidade indígena Ponta Alegre, aldeia-polo dos filhos do guaraná³, na divisa do Amazonas com o Pará.

A narrativa foi construída por cooperação, dentro de conjuntura de parceria para a democratização de informações. Foi proposital a opção por um estilo dialogado, interconectivo, buscando aquilo que Spinoza (2013) denomina de “bom encontro”, que em verdade é um encontro democrático de ideias, associando o viés do conhecimento nativo amazônico, dos povos indígenas, ao saber filosófico-comunicacional interdisciplinar que engendra os afetos e o comum (SAWAIA, ALBUQUERQUE e BUSARELLO, 2018), pautado pela academia científica.

A dialogia da proposta teve como meta apontar que a interação de saberes a partir da comunicação mediada tem sido caminho viável para o trânsito de conhecimentos durante a pandemia (WILLIAMS et al., 2020). Interessa pontuar que desde 2012 há trocas de comunicações entre nós e a reconhecida liderança Sateré-Mawé sobre questões relacionadas aos indígenas do Andirá-Marau e durante o ano de 2020 manteve-se efetiva essa dialogia de informações, mas tendo a covid-19 como assunto temático.

Vale salientar que a terra indígena (TI) Andirá-Marau fica localizada no Baixo Amazonas/AM, Amazônia Central, extremo leste do Estado do Amazonas. Um local de difícil acesso e restrita circulação de pessoas. Assim, foi meta divulgar os argumentos significativos construídos nesses tempos difíceis, via comunicabilidade com o líder étnico, a partir de uma profunda e amistosa de conversa, sempre tendo em vista investigar questões sobre o novo coronavírus e como as cosmopolíticas dos Sateré-Mawé tem enfrentado a doença.

Nosso interlocutor, Josias, é filho do kapi geral dos Sateré-Mawé, João Sateré, sendo ambos profundos conhecedores de sua sociocultura e não raro se mostram com interesse em compartilhar saberes e ensinar sobre crenças e valores próprios a eles. Assim, pela disponibilidade e vontade de ser ouvido, de passar ensina-

³Nome como também são conhecidos os Sateré-Mawé/AM.

mentos, temos por certo que o professor indígena Josias Sateré, a quem pedimos licença para chamar de colega interlocutor, tem contribuído decisivamente para a ampliação dos registros históricos dos Sateré-Mawé (SATERÉ, ALBUQUERQUE e JUNQUEIRA, 2020).

A ideia de escrever este relato surgiu logo no início da crise epidemiológica mundial, quando ainda em março o mundo parou por causa do SARS-CoV-2. Antes disso, estivemos juntos em dezembro de 2019 e iríamos conversar em 2020 sobre a cosmopolítica espiritual dos Sateré-Mawé, com engendramentos no futuro político da etnia. Porém, em seguida, a pandemia impossibilitou as interações face a face e nos distanciamos, todos. Josias se manteve na TI Andirá-Marau, morando na comunidade Ponta Alegre, e nós nos resguardamos em nossas casas, na urbe, a muitas centenas de quilômetros dali.

Entretanto, por telefone (ligações convencionais e whatsapp), mantivemos contato e, para nós, não tardou a parecer evidente que o diálogo deveria ser difundido também por meio de uma tradução direcionada a informar acerca de como os Sateré-Mawé estavam enfrentando a grande crise de saúde (ALBUQUERQUE et al., 2020). E assim se deu. Fomos levados a compartilhar dados e verificar a covid-19 e seus impactos no Baixo Amazonas/AM e na Terra Indígena Andirá-Marau, onde boa parte da taxa de infecção foi impulsionada pela mobilidade urbano-rural (ALBUQUERQUE, et. al., 2020b) e pelas irregulares manutenções das barreiras sanitárias, quase anulando o efeito das medidas de isolamento e distanciamento social que os tradicionais executaram fortemente de março a junho de 2020 (onda 1) e depois de novembro de 2020 a janeiro de 2021 (onda 2).

Nesses dois períodos distintos de coleta e avaliação de dados, registramos experiências comunicacionais amplas, importantíssimas, vividas por Josias como membro de clã líder, os *ut*, que tratou diretamente com o caos sanitário impactante para a etnia. Na comunicação intermundo (entre nós, pessoas brancas, e Josias, representante dos *ut* Sateré-Mawé), ficou manifesto de modo objetivo que houve forte preocupação dos indígenas com implicações do coronavírus devido adoecimentos e óbitos de parentes (ALBUQUERQUE e BUSARELLO, 2018).

Também abordamos a problemática do negacionismo e das sequelas físicas e psíquicas do SARS-CoV-2 (ALBUQUERQUE, et. al., 2020b), tanto porque hoje a Amazônia concentra a absoluta maioria de indígenas brasileiros infectados e mortos. E foi tal problemática em termos gerais que no artigo tratamos, dentro de

uma tentativa de reunir informações a partir do que denominamos diálogos entre diferentes mundos, ou diálogos intermundos.

Quando destacamos que a comunicação com os Sateré-Mawé trouxe problemáticas relacionadas a corpo e mente, os termos que ampararam pressupostos de entendimento e compreensão dentro das narrativas foram ancorados na teoria dos afetos de Baruch Spinoza, autor de *Ética* (2013). O filósofo inaugurou uma ontologia em que a ideia de ser humano não segue pressupostos dualistas cartesianos. Pelo contrário, a partir da visão spinozana não há divisão entre corpo e mente. O indivíduo é potência em ato, ou, como mencionado pelo holandês, é *conatus*.

Sawaia (2009, p. 366) trabalhou para explicar essa composição teórica a partir de Spinoza, ressaltando que “o homem é um grau de potência, uma força interior para se conservar, perseverar na própria existência, um esforço de resistência, que é a *conatus*, que são apetites e desejos”. Portanto, parece claro que a intenção de abarcar tanto vicissitudes corporais quanto simbolismos psíquicos acerca da covid-19 foi uma escolha frutífera.

Spinoza (2013) afirma que o corpo humano pode ser afetado de muitas maneiras, pelas quais sua potência de agir é aumentada ou diminuída. Isso quer dizer que a potência varia de intensidade conforme encontros vivenciados em nossa biografia de vida, ou seja, conforme afecções que corpo e mente sofrem nos bons ou maus encontros experienciados ou ainda por experimentar (SAWAIA, 2009). Spinoza supõe que o mecanismo de arquivamento das afecções é o próprio corpo humano, em sua completude, que em resumo é um corpo memorioso.

Os encontros que os corpos vivenciam, no físico e mental, serão bons ou maus na medida do potencial comunicativo implicado. O bom encontro compõe positivamente o meu corpo e a potência se expande; o mau decompõe negativamente meu corpo e a potência diminui (DELEUZE, 2002). Para adensar a constituição da teoria, Spinoza incluiu as emoções como uma questão ético-política dos encontros.

Nós, como seres conscientes, recolhemos apenas os efeitos dessas composições e decomposições: sentimentos alegria quando um corpo se encontra com o nosso e com ele se compõe, quando uma idéia se encontra com a nossa alma e com ela se compõe; inversamente, sentimos tristeza quando um corpo ou uma idéia ameaçam nossa própria coerência. Encontramo-nos numa tal situação que recolhemos apenas “o que acontece” ao nosso corpo, “o que acontece” à nossa alma, quer dizer o efeito de um corpo sobre o nosso, o efeito de uma idéia sobre a nossa (DELEUZE, 2002, p. 25).

Encontros entre sujeitos podem produzir afetos alegres ou não, e aqui reside a questão ético-política. Quais afetos podem ser produzidos a partir de encontros comunicativos vividos? Há uma importância nesses encontros, porque movimento e repouso de um corpo devem provir de outro corpo, o qual pode ter sido movimentado por um terceiro (SPINOZA, 2013), dentro de uma dinâmica de afetações e transmissão de dados e informações, moldando a comunicação social a qual nos referimos: dialógica. Por suposto, relações de comunicação que compõem ou decompõem indivíduos os movimentam de todos os modos, fazendo-os pensar e agir.

A partir de dados compartilhados por nós com Josias, desta feita, por meio de encontros via ligações e mensagens de whatsapp uma ou duas vezes por semana, desde o terceiro mês de 2020, registramos os meses de isolamento e o cuidado familiar, além dos meses de reabertura e afrouxamento das normas sanitárias, com foco para a desinformação, a contrainformação e os engendramentos da guerra de narrativas (*fakenews*) anti-indígenas que tem concorrido para gerar grandes controvérsias e sofrimentos psicossociais na TI Andirá-Marau.

Parte da crise inerente à peste viral, supomos, diz respeito ao memoricídio latente desde o início da pandemia, a partir da política de produção de ignorância de grande montante do Estado político brasileiro (ALBUQUERQUE et al., 2020b). Um memoricídio que atinge os povos indígenas e dizima grande parcela da população de anciãos e anciãs das terras baixas da América do Sul, que detêm conhecimentos tradicionais de alto valor.

O vírus, com alto grau de contágio, representou desde o primeiro trimestre de 2020 a maior ameaça aos indígenas da Amazônia Central (TI Andirá-Marau) desde a Guerra dos Cabanos (1835-1840), quando perto de 40 mil indivíduos de diferentes e numerosas nações étnicas foram assassinados ou gravemente feridos nas matanças regionais. Com o SARS-CoV-2, os perigos que os Sateré-Mawé enfrentaram e ainda enfrentam têm sido maiores (SAWAIA, ALBUQUERQUE e BUSARELLO, 2020), como aponta nosso narrador em seu lugar de fala.

Josias é pedagogo e biólogo, com formação nas duas graduações pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA), além de ter concluído o mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Ele vem se mostrando como um dos líderes da campanha de mitigação do vírus entre sua etnia, dominante na área do Baixo Amazonas/AM. Na dialogia proposta, verificamos que Josias revelou pontos primordiais acerca da vida no Andirá-Marau

em meio ao espalhamento da doença e das atividades de combate à disseminação no novo coronavírus.

Foi preciso fazer com que a palavra indígena fosse escutada, ouvida, porque a missão de um Sateré-Mawé é essa e porque sou *ut*, filho do *kapi* geral João Sateré. Fui criado para lutar com meu clã e procuro estar pronto, atento, esperando pela chance de defender nossos direitos (Josias Sateré, entrevista, abril, 2020).

Discussão

Informação e prevenção

Primeiramente, a abordagem se encaminhou no âmbito da relação entre política e espiritualidade. Josias Sateré disse ter clareza de que o presidente da República estava se esforçando para endossar desinformações e contrainformações, negando fatos inerentes às questões indígenas, principalmente porque não tem histórico de proximidade às causas dos povos pré-colombianos. Na luta de sua etnia contra a covid-19, foi ressaltada por ele a necessidade de se combater a construção de achincalhamentos por parte do governo Bolsonaro contra os povos originários.

A higienização tem sustentado o pensamento dessa suposta nova política, que na verdade é igual à velha política porque se mantém opressora, com cortes na saúde, na educação e feita de privatizações [...] o Andirá-Marau já conheceu as consequências de outros vírus mortais e essa história retorna agora com o nome de coronavírus. Os velhos conhecem essa realidade (Josias Sateré, entrevista, março, 2020).

Foi assim que o membro do clã *ut* principiou nossos diálogos ao longo de 2020, lembrando da força de anciãos, anciãs e pajés. Ele assinalou que velhos e velhas têm sido responsáveis pela proteção do mundo desde o *nusokén*, terra perdida mítica dos Sateré-Mawé, e que a quarentena pode estar sendo o exato momento de reafirmar esforços e praticar o resguardo da alma e dos modos tradicionais, longe dos ataques da covid-19, como sublinhou ao especificar que, sem vacina, os parentes dos territórios dominiais da etnia precisaram recorrer ao *lockdown* territorial em pontos funcionais e de acesso e decesso da TI, prevenindo a população.

Barreiras sanitárias foram criadas nos rios Andirá e Marau e a ação contou com a colaboração da Fundação Nacional do Índio (Funai), da Secretaria Especial

de Saúde Indígena (Sesai) e da Secretaria de Saúde de Barreirinha, município cujos marcos espaciais, em parte, integram a TI Andirá-Marau. A ação teve início em 13 de abril de 2020, logo na primeira onda de espalhamento da pandemia no Amazonas (PHILLIPS e MAISONNAVE, 2020). As barreiras territoriais sanitárias, na prática, funcionaram desde o princípio de suas implementações no Andirá-Marau como alternativa legal e viável de proteção e para se fazer valer a segurança dos Sateré-Mawé.

Esse tipo de ação mostrou a fragilidade das instituições indigenistas e governamentais, além do mercado, no processo de assistência social contra a pandemia. E isso aconteceu, mais uma vez eu digo, porque a velha política se mostrou ineficiente para enfrentar o vírus. Por isso, resolvemos agir (Josias Sateré, entrevista, março, 2020).

“O que procuro chamar atenção, como membro do clã *ut*, é a necessidade de se compreender que o povo Sateré-Mawé não está alheio a problemas globais. Do contrário. Estamos atentos, lutando contra a desinformação” (Josias Sateré, entrevista, março, 2020). De maneira objetiva e organizada, por parte dos Sateré-Mawé, a afirmativa de Josias nos mostra que fazer o isolamento social, manter a TI Andirá-Marau protegida e garantir, por meio das lideranças de clã, o enfrentamento contra a política de morte, exclusão e negação de direitos do governo federal, foram atos contínuos.

“A desinformação e o fundamentalismo religioso podem matar mais que a pandemia. Só a higiene pessoal não é suficiente. O Estado deve garantir políticas emergenciais de saúde que inibam a propagação do vírus”, resumiu Josias, apontando que o povo Sateré-Mawé passou a exigir direitos de saúde coletiva já na terceira semana de março, após o primeiro caso da covid-19 no Amazonas (Josias Sateré, entrevista, abril, 2020).

Como sublinhou a liderança, “[...] através dessa atitude [de cobrar direitos], já no começo do problema sabemos que só assim começaríamos a nos proteger e a proteger as comunidades em geral” (Josias Sateré, entrevista, maio, 2020). Aqui, ele deixou bastante claro que sua etnia sabia que o surto viral seria um evento de grande natureza, um fato social planetário, e cabia aos indivíduos étnicos e ao coletivo indígena, como um todo, com ou sem apoio do Estado, prevenirem-se e minimizarem as consequências.

Ele lembrou que surtos epidêmicos, ao longo dos tempos, não têm sido fatos isolados ou únicos na história dos Sateré-Mawé. Desde épocas passadas, são con-

junturas que afetam os nativos amazônicos e estes travam verdadeiras batalhas de vida ou morte. “A questão não é a pandemia em si, mas como meu povo tem se organizado para enfrentar e proteger a todos os parentes”, explicou (Josias Sateré, entrevista, junho, 2020).

Nesse ponto, é importante afirmar que a nação Sateré-Mawé e as etnias que hoje se interligam via redes de informação pelo Brasil — e aqui estamos falando de 90% de um total de quase 850 mil nativos —, têm ampla noção de que foi na virada de 2019 para 2020, na Ásia, na cidade de Wuhan/China, que a pandemia ganhou grandes proporções. A informação, a princípio, em meados de abril, já era disseminada entre os povos originários do Baixo Amazonas/AM (ao contrário do que muitos negacionistas brancos fizeram), por redes de informação e comunicação mediadas pelos próprios ameríndios.

Essas redes info-comunicacionais, reconhecidas e em funcionamento por todo o país, impulsionaram informações fidedignas já na primeira semana após o registro oficial do “caso 1” brasileiro, ocorrido em 26 de fevereiro. Isso fez com que as tomadas de decisão dos indígenas pudessem ser similares em todo o país. Josias, sobre elas, explicou que no exemplo dos Sateré-Mawé, entre aldeados e urbanos, “por meio de redes sociais (facebook e instagram, principalmente), além de webraios, rádios comunitárias e celulares (grupos de whatsapp), foi possível compartilhar o enorme e variado volume de dados sobre a incidência do vírus” (Josias Sateré, entrevista, novembro, 2020).

No Andirá-Marau, divisa com o Pará, em específico, a partir de rádios comunitárias locais, as populares “vozes”, foram transmitidas explicações sobre as noções de higiene e distanciamento. Dados que chegavam até líderes de clãs eram democratizados entre a etnia. Essa realidade comunicacional, segundo destaque de Josias, auxiliou de modo decisivo para que o sentido comum da quarentena fosse assimilado e efetivado. Pelas redes de informação e comunicação, a maior parte dos grupos familiares dos originários soube que o isolamento nas aldeias era a melhor alternativa (OLIVEIRA; ALBUQUERQUE, 2020).

Com isso, conseguiu-se agir de forma organizada, em tempo hábil, a partir da quarta semana de março, por meio da tática de *lockdown* territorial, como salientamos. Ela foi efetivada por 25 etnias brasileiras em 13 Estados, além dos Sateré-Mawé, é claro. A aderência ao sistema de confinamento nas TIs funcionou até junho/julho de 2020 e depois nos primeiros meses de 2021, enquanto o governo fe-

deral sequer conseguiu adotar uma base comum de informações sanitárias em seu plano de contenção para a Amazônia e o Brasil como um todo, como destacou de modo preocupante Josias.

[...] e digo isso considerando toda a Amazônia brasileira. Particularmente o Estado do Amazonas, que já pode ter até 50 mil casos de infecção de indígenas [incluindo-se subnotificações], mas não sabemos ao certo. O Brasil não tem testes suficientes, segundo o que se noticia. Essa doença trouxe a seguinte reflexão para mim: o quanto distante a Ásia e a Europa estão do resto do mundo, de nós, os Sateré-Mawé? Na verdade, estamos interligados, estamos mais perto do que imaginamos. O que acontece nos países de continentes longínquos, em termos geográficos, afeta a nós, sim, diretamente (SATERÉ, 2020).

A população urbana e rural, e as comunidades indígenas brasileiras localizadas em TIs, precisavam ter acesso a boas informações para combater o vírus. Leite (2012, p. 160), por exemplo, argumenta ser preciso que “não nos esqueçamos dos indígenas que desapareceram devido a pandemias, massacres e outros efeitos destrutivos do contato”. E aqui trazemos a questão da comunicação histórica para mediar o ponto de vista. A partir de Leite (ID., op. cit.), temos também Magalhães (2005), que aponta ser “necessária a atenção à saúde de forma diferenciada, levando-se em consideração especificidades culturais, epidemiológicas e operacionais dos povos indígenas” (p. 280). Nesse ponto, ressaltamos uma informação de saúde.

Instituições oficiais do governo, como o Ministério da Saúde, deveriam desde sempre assumir a responsabilidade de divulgar informações corretas que ajudassem cidadãos a se protegerem. Informações sem o viés do extremismo negacionista. Mas houve e ainda há grande desorganização na comunicação oficial do governo (KRÜGER, 2020; IQCIENCIA – INFOVID#11, 2020). O Estado deixa povos indígenas à própria sorte e, por isso, fomenta-se a confusão e os discursos desorientadores. Isso não favorece a ninguém, segundo critica Josias (SANTOS, 2020; DAVIS, 2020), principalmente no âmbito da vacinação e do auxílio emergencial (Josias Sateré, entrevista, novembro, 2020).

Outra problemática abordada pelo líder clânico em nossos diálogos intermunicipais, em meio à pandemia, foi o fato dos Sateré-Mawé estarem situados dentro do conjunto conceitual de pessoas marginalizadas e invisíveis, que vivenciam situações extremas de inclusão perversa (SAWAIA, 2001; ALBUQUERQUE e BUSARELLO, 2018). Eles enfrentam as mesmas controvérsias da população mais pobre

do país, que, diante da crise sanitária, deveria contar com melhor assistência do Estado e de maneira ininterrupta.

O que temos para nos defender são as nossas cosmologias e ancestralidades [...] Os povos indígenas são os mais imolados por causa do deus do mercado em tempos de pandemia. Permanecemos obrigados e submetidos às ordens dos patrões para alimentar suas famílias, nos expondo ao risco de contaminação e da morte [...] Não posso falar em nome de todo o meu povo, até porque somos muitos e com opiniões variadas entre as lideranças, mas trago aqui informações sobre o que estamos debatendo e o que o *kapi* geral, meu pai João, está defendendo (Josias Sateré, entrevista, abril, 2020).

O clã lagarta, principal linhagem Sateré-Mawé, junto com o clã *waraná* (guaraná), organizaram na pandemia a parte educacional, política e de economia doméstica da etnia, com uma visão compartilhada sobre modelos de segurança em saúde. Na crise sanitária, segundo afirmou Josias, a política tirou boa parte dos direitos de coletividade e negou voz às cosmologias nativas ameríndias. Para ele, foi mais um desafio a ser enfrentado pelos movimentos indígenas, que estão a “superar e conquistar uma instituição de saúde que esteja de acordo com suas realidades” (Josias Sateré, entrevista, maio, 2020).

Em nossa esteira comunicacional, em nosso bom encontro com Josias, pareceu óbvio que, para os Sateré-Mawé, assim como a todos os ameríndios do bioma Amazônia, o governo federal não privilegia o povo da floresta tropical brasileira. Eles têm ampla consciência disso e sabem que países os quais bem informaram e orientaram sua população, privilegiando o povo pobre e necessitado, tiveram melhores êxitos na primeira onda da pandemia e mesmo na segunda (MELLAN et al., 2020). Portanto, cabem também aqui reflexões sobre a proteção das nações pré-colombianas.

A relação com o Coronavírus e a busca por proteção

Eu lembro dos meus parentes mais antigos. Eles contam uma história verdadeira, que ainda faz parte da memória dos *nag'nia* (velhos). Relembrem um tempo difícil e triste, quando o sarampo contaminou muitas das aldeias. Esse vírus matou vários indígenas do Andirá-Marau/AM e nosso povo ficou com uma relação espiritual negativa contra a doença. Trago este episódio porque ele deixou a importante experiência de que não se pode subestimar a ação das doenças consideradas mortais. Portanto, se defender do novo coronavírus deve ser o compromisso de todos: *tui'sas* (tuxauas), *kapi* (capitão), *kapa* (capataz), *puruwei'ria* (professores), *mana'in* (mulheres), *pai'nig* (pajés) e agentes indígenas de saúde (Josias Sateré, entrevista, maio, 2020).

Na cultura Sateré-Mawé, quando um membro da etnia fica doente os *pai'nis* (pajés) relacionam sua enfermidade, homem ou mulher, a alguma transgressão das restrições de crença e comportamento ou à inobservância dos conselhos dos *nag'nis* (velhos). Então, a natureza se responsabiliza de castigar ou curar a pessoa infratora. Em casos extremos, pune o povo também como resposta à desobediência (ALBUQUERQUE e JUNQUEIRA, 2017). Quanto à covid-19, a doença exigiu das lideranças tanto uma atuação mais de interlocução com o Estado quanto de diálogo com a sua própria metafísica ancestral, o que não foi exatamente um problema nas aldeias, mas houve algumas controvérsias incidentes em todo um sistema cosmológico e de histórias de vida.

As controvérsias, como ressaltamos, dizem respeito ao entrecruzamento de histórias sociais. Por um lado, temos uma sociedade branca, ocidentalizada e que se pauta em larga escala a partir do modelo capitalista de compreensão de mundo e de enfrentamento de problemas, entre os quais a pandemia. De outro, está uma sociedade ancestral, de base clânica, desenvolvida prioritariamente ao longo de eras e em razão de parentescos totêmicos. Fica claro que há uma enorme diferença de entendimento da vida e isso implicou no enfrentamento ao vírus.

Assim sendo, é lúcido afirmar que as lideranças Sateré-Mawé precisaram de informações corretas, como salientou Josias, para construir suas estratégias e gerar atos de mitigação coletiva contra a covid-19. Para elas, além do essencial fortalecimento do princípio da coletividade étnica e da estrutura cosmológica, parecia primordial respeitar a histórica e a ancestraliudade da etnia, conforme explicou Josias. “A pandemia está além do nosso processo de prática de cultura, tanto porque gerou adoecimento global e isso significa que requer medidas de prevenção também globais para nós” (Josias Sateré, entrevista, janeiro, 2021).

No Brasil, o primeiro caso foi registrado dia 26 de fevereiro e 60 dias depois 360 mil pessoas tinham adoecido, com mais de 10 mil mortes, e dia 13 de abril de 2020, a cidade de Maués, também no Baixo Amazonas, publicou a morte da primeira liderança Sateré-Mawé, de 67 anos, originária do Rio Marau, por covid-19. Assim sendo, os Sateré-Mawé bloquearam sua terra indígena. Com o trânsito de pessoas e embarcações paralisado, ou melhor, diminuído por determinação oficial do governo e por vontade política dos nativos, atividades na Andirá-Marau tiveram de ser modificadas, como explanou Josias.

Em novembro de 2020, já eram mais de nove anciãos mortos (ALBUQUERQUE et al, 2020b), além de outros 57 óbitos em geral, oficiais. Além do mais, indígenas que viajavam regularmente das aldeias à cidade, e vice-versa, sentiram fortemente o impacto da primeira e da segunda onda de casos de covid-19. Foram mais atingidos aposentados, pensionistas, beneficiários do Bolsa Família e de Seguro Emergencial, além de funcionários públicos (professores e agentes de saúde) e pequenos comerciantes, pescadores, erveiros, rezadeiras e benzedeiros.

O primeiro confinamento foi de março a maio de 2020 e o segundo no último bimestre de 2020 e em janeiro de 2021, quando o Amazonas novamente ficou em estado de alta restrição de circulação, com comércios, fábricas e escolas fechados. Todos os clãs Sateré-Mawé foram afetados com os efeitos deletérios da pandemia, sendo eles: *sateré* ou *ut* (lagarta de fogo), *waraná* (guaraná), *awy'ato* (onça), *hywi* (gavião/harpia/águia), *akuri* (cutia), *urit'i* (inambu), *wi'in* (mosca), *monuruku* (mundurucu), *gãp/nhap* (caba), *meiru* (mosca), *myrehu* (rolinha), *sahú* (tatu), *awyky/awkuy* (guariba), *wasa'i* (açai), *muĵum* (mutum), *yavu* (cujubi), *haki'i* (morcego), *hapiri wato* ou *pyre'k* (rato grande), *hunanën* (mucura) e *mo'i* (cobra).

Descrevendo os clãs fica óbvio que estamos falando de uma multiplicidade de famílias dentro de uma grande nação, a dos Sateré-Mawé.

O grupo étnico Sateré-Mawé não é homogêneo, igual, unido em uma única família. Jamais poderia sê-lo. A sua formação inclui diferentes *ywanias*, o que amplia demandas quando se indica a diversidade na unidade. São conectados pelo sentimento de pertença e incorporam visões de mundo como traços distintos e trajetórias históricas compartilhadas, mas não únicas, de riqueza favorável à reinvenção (ALVAREZ, 2009). A forma comum de fazer aliança, historicamente, dá-se via uniões entre primos cruzados (união dravidiana), sendo proibida e rara a união entre membros diretos do clã. O parentesco dravidiano, por regra, aponta que uma jovem deve se casar com o filho da irmã do pai ou com o filho do irmão da mãe, e um rapaz deve se casar com a filha da irmã do pai ou a filha do irmão da mãe. O povo do Andirá Marau, assim, foi formado por clãs diversos e casamentos entre primos e primas de diferentes linhagens (SATERÉ; ALBUQUERQUE; JUNQUEIRA, 2020, p. 129).

Notamos, portanto, inúmeras singularidades diante da questão, as quais certamente tiveram de ser consideradas no âmbito da pandemia. Sobre isso, Josias disse que os confinados nas terras dos Sateré-Mawé, em sua multidiversidade clânica, também não puderam receber o auxílio emergencial do governo federal no primeiro momento, ainda que preenchessem todos os requisitos básicos. Famílias indígenas com residência nas cidades igualmente não foram liberadas para retornar

às aldeias e aquelas que moravam nas aldeias não conseguiram se deslocar às cidades para vender seus produtos e comprar mercadorias.

Na segunda onda, nem se falou em auxílio emergencial, o que piorou a situação do povo do Andirá-Marau. Foi um tempo de morte e alta contaminação. Os meses de janeiro e fevereiro de 2021 mostraram que a contenção do SARS-CoV-2 só será efetivada a partir da vacina. De todas as formas, fossem aldeados do Baixo Amazonas/AM ou mesmo moradores de polos urbanos/cidades, ou ainda aqueles que se situam nas cabeceiras dos rios, foi fato que, para muita gente, com saberes sobre cultivo de solo, produção de farinha, roçado, coleta de frutas e criação de aves, como galinha de terreiro e picota, além de caça, a vida se tornou angustiante.

Na atualidade, caçadores, pescadores e agricultores têm sido responsáveis por prover alimentação a suas aldeias nas respectivas comunidades indígenas do Andirá-Marau. Essas pessoas poderiam ter melhor assistência do governo. Isso significa que, mesmo em quarentena, sob o risco do vírus, podemos descrever a continuidade da biopolítica da morte (JUNQUEIRA; ALBUQUERQUE, 2020). Porém, de certa maneira, ao menos um bom efeito desse período de pandemia para a espiritualidade dos Sateré-Mawé em função da natureza vem sendo observado.

Como descreveu Josias, por muitas semanas em março, abril e maio de 2020, além de novembro e dezembro de 2020 e janeiro e fevereiro de 2021, barcos de recreio não despejaram lixo em grande quantidade nas águas do Rio Andirá. Nesse tempo, não se viu o alto descarte de sacolas plásticas, garrafas pet, latas de refrigerante, pedaços de caixa de isopor, óleo de motor e nem a dispersão de concentrações volumosas de dióxido de carbono pela queima de combustível fóssil.

Os comunitários, a escola e o posto de saúde reduziram a produção desenfreada de resíduos, principalmente de plástico e alumínio, que são matéria básica para acondicionados e latinhas de refrigerante ou suco. Essa produção problemática, interessa frisar, cotidianamente contribui para a grande concentração de dejetos a céu aberto nas comunidades indígenas, concorrendo para doenças e outros males se espalharem em áreas de difícil acesso do Andirá-Marau, como é o caso das cabeceiras do Andirá (pontos altos da TI).

Como sublinhou Josias, na relação dos Sateré-Mawé com o universo branco durante os picos da covid-19, a troca de favores e apoio, incluindo até casamentos intermundos em busca de agregação por força política, afora o parentesco dravidiano e a afinidade cruzada (SATERÉ; ALBUQUERQUE; JUNQUEIRA, 2020), foi

complexificada. Significa dizer que tudo aquilo que se estruturava em termos ancestrais e sob bases imemórias, no seio da premissa da patrilinearidade e da uxori-localidade Sateré-Mawé, acabou sendo no limite reconformado.

Os tempos atuais mostraram que a composição das natividades da etnia dominante do Baixo Amazonas/AM foi alterada em função da disseminação do SARS-CoV-2. Investigação preliminar realizada por nós, inclusive, versou sobre essa conjuntura, tendo sido publicada no fim da primeira onda de covid-19 no Amazonas e destacou o que segue:

O ato de isolamento da nação Sateré-Mawé mostrou que a etnia não agiu em solidariedade por egoísmo ou por ter como guia uma razão instrumental, mas sim porque se conduziu a partir de uma estrutura hierárquica clânica uniforme, que alimentou sua esperança. E cabe agora, à luz de reflexões sobre a trama dos afetos na vivência dos paradoxos do isolamento, perguntar pelas emergências humanas que a pandemia expôs, entendendo emergências humanas como necessidades ético-políticas (SAWAIA, ALBUQUERQUE; BUSARELLO, 2020, p. 12).

O estudo concluiu que conjuntos de trocas comunicacionais realizadas a partir de novos diálogos com o universo dos brancos na pandemia se deram também na medida da disseminação do vírus entre os Sateré-Mawé. Por isso, mesmo em isolamento, a etnia realizou uma ação que não deve ser vista como ato de “solidariedade egoísta”, mas sim como atividade pressuposta dentro de uma conjuntura ancestralmente reconhecida e pensada para ser colocada em prática em face de desafios contingenciais.

Na sequência, trazemos palavras fundamentais de Josias Sateré, nosso interlocutor, as quais foram sublinhadas na coletânea *Expressões da Pandemia – Fase 1* (SAWAIA et al., 2020), no primeiro pico do espalhamento da covid-19 no Amazonas. Todavia, a presente interpretação que fazemos desses dados foi possível também mediante intercâmbio de informações que o líder clânico possibilitou a nós no fim de 2020 e no início de 2021.

Explanamos a citação porque cabe bem a indicar o quanto a suposta “solidariedade egoísta”, no bojo da comunicação *versus* isolamento, tem suas essencialidades.

O isolamento social é uma ação coerente e benéfica ao coletivo, mas apenas isolar a população não é o suficiente. Devem existir alternativas viáveis de escoação para a produção indígena e que possibilitem ao parentes a compra de mercadorias básicas para o consumo diário, pois quem tem fome tem pressa [...] A união se faz necessária e a política partidária não

deve interferir no trabalho coletivo. Não se pode impedir a colaboração de partidos da direita e da esquerda. Essa unanimidade é para exigir e cobrar o direito do cidadão diante do Estado e do neoliberalismo, que devem apresentar a contento uma solução viável ao caos (SATERÉ, 2020, p. 44).

Políticas públicas integrando saberes locais

O isolamento social do povo Sateré-Mawé em verdade foi quebrado há mais de 350 anos, com a colonização da Amazônia Central. Mas retornou agora, indiretamente, com a pandemia do coronavírus. Esse é um pensamento postulado entre clãs indígenas do Andirá-Marau, segundo Josias. E tem razão de ser. Santos (2020), acerca dessa conjuntura, também se mostra insatisfeito e sugere que a humanidade “só superará a quarentena do capitalismo quando for capaz de imaginar o planeta como uma casa comum e a natureza como uma mãe originária, a quem devemos amor e respeito” (p. 32).

Paiva et al. (2019), sobre a questão, explicam que essa política nefasta reverberou historicamente, na Amazônia, o pensamento do colonizador, sendo apoiada em um conhecimento mediado pela força. Pessimismos a parte, hoje, diferente do tempo dos *nag'nyas*, os Sateré-Mawé enxergam na pandemia também uma oportunidade de proteger famílias e comunidades do Andirá-Marau. Eles observam orientações e recomendações da OMS, para além das orientações estatais brasileiras. Ou seja, eles miram nas diretrizes supranacionais para encontrar alternativas e minar o vírus da velha política de exploração do povo brasileiro.

A nosso ver, falamos aqui de uma política ancorada no mundo espiritual judaico-cristão, que é uma dada ordem antropológico-jurídica branca e higienista, a nomear o sul do planeta Terra como pobre, bestializado, improdutivo e fantasioso. Essa velha política é fruto de um sistema explorador que aumentou a desigualdade social e no presente voltou a assombrar a todos. Para os Sateré-Mawé, iniciativas para eliminar o preconceito não raro esbarraram no método integracionista gerador de conflitos permanentes com culturas e sistemas tradicionais de saúde, de educação e de sustentação econômica (ALBUQUERQUE; JUNQUEIRA, 2017).

Portanto, compreender em larga medida que práticas ancestrais e espirituais não são ingênuas e ainda contribuem na defesa da tradição, principalmente no presente, foi um caminho essencial para a inclusão de saberes originários em políticas públicas contra a covid-19. Foram reivindicações que o próprio movimento indígena

pautou nos espaços de discussão e construção social, de interesse coletivo, ao longo da pandemia.

Outra questão é que, segundo Josias, o povo das terras baixas da América do Sul, especificando-se evidentemente os Sateré-Mawé da Terra Indígena Andirá-Marau, tem vivido o isolamento e o distanciamento de modos diferentes. São os que mais precisam de assistência e engrossaram a luta por melhorias, defendendo seus direitos e buscando atendimento médico, hospitalar, segurança e higienização. A partir disso, encontros vivenciados entre nós, pessoas brancas, e Josias, liderança Sateré-Mawé, foram compreendidos como bons encontros porque provocaram afetos alegres de confiança mútua e segurança entre os corpos envolvidos, dando-nos potência para difundir essa comunicação vivenciada.

De modo que, mesmo no contexto da pandemia e do isolamento da etnia, nossos encontros produziram afetos alegres diante da crise sanitária porque, a partir deles, conseguimos descrever os autênticos benefícios que uma coletividade organizada nativa amazônica pode conseguir. E a potência do comum foi somada a mais *conatus* individual (SAWAIA, 2001). O paper, assim, apontou a importância dos diálogos intermundos como potência do comum diante do contexto da covid-19.

Mais uma vez, vimos que a natureza chegou com sua força e impactou os povos originários. Mas o combate ao novo coronavírus foi coletivo, tal qual afirmou Josias, tanto quanto a luta contra a desinformação. Por isso, a problemática da crise sanitária exigiu um plano protetivo, de assistência social, com informações que derivassem de processos orientados pela ciência e, no caso dos povos indígenas, convalidados por lideranças com saberes tradicionais de alto valor.

A percepção spinozana de encontro, portanto, foi seguida por nós e pareceu a chave para a análise da potência dos diálogos intermundos, visto que não se tratava somente de uma comunicação ou de uma fala isolada, mas do corpo e dos afetos daqueles envolvidos no bom encontro. Foi com a lente de Spinoza que pudemos ver a potência da união dos corpos e da formação do comum diante de um cenário de pandemia, onde o isolamento foi um dos remédios. Os encontros, mesmo que virtuais, garantiram a expansão da potência para se perseverar na existência e na formação do comum contra a inclusão perversa (SAWAIA, 2001).

Aqui residiu a grande contribuição de Spinoza para a percepção da comunicação entre brancos e indígenas, pois acreditamos ter atingido tanto o corpo quanto a mente as afetações pelos encontros. Os diálogos intermundos, nesse sentido,

constituíram-se como memórias de vivências ancestrais e cosmovisões sobre a natividade Sateré-Mawé, tanto porque incidiram sobre histórias e saberes, em âmbito de confiança mútua. Tal foi o elo necessário, principalmente na pandemia, para gerar a dialogia comunicacional descrita.

Percebemos ter sido uma situação delicada, diferente, essa comunicação. Até mesmo porque nossos assuntos eram os mesmos tratados por conselheiros e anciãos das oito entidades deliberativas dos Sateré-Mawé. Sendo elas: i) Associação dos Agentes de Saúde Indígena Sateré-Mawé dos Rios Andirá e Uaicurapá, ii) Associação Indígena Sateré-Mawé da Aldeia Vila Nova do Rio Andirá, iii) Associação Indígena Vila Nova, Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé, iv) Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé, v) Organização dos Agentes de Saúde Sateré-Mawé dos rios Marau e Urupadi, vi) Organização dos Professores Indígenas Sateré-Mawé dos Rios Andirá e Waicurapá, vii) Organização dos Professores Indígenas Sateré-Mawé dos Rios Marau e Urupadi e viii) Organização dos Tuisas Sateré-Mawé dos Rios Marau e Urupadi.

Consideramos, então, que o trabalho agregou o fator da representatividade indígena Sateré-Mawé/AM, essencial para a manutenção da vida no Andirá-Marau. E, portanto, destacamos uma primordial narrativa de Josias Sateré do ano passado, que resume com sabedoria a relação entre Estado e povos indígenas na contemporaneidade pandêmica para as entidades deliberativas em foco.

É necessário aprender com a crítica. As autoridades que afirmam serem constituídas por Deus (políticos diversos) devem compreender que é importante assumir pontos estratégicos em defesa de seus cidadãos e nunca esquecer de que o poder emana do povo e este o exerce por meio do voto. Ao tentar inverter essa posição, as autoridades podem ficar isoladas. Dessa maneira, nós, que somos donos do imenso e bonito Andirá-Marau, na Amazônia Central, que estamos aqui desde muito antes de 1500, continuaremos a mostrar que os povos indígenas estão a lutar não apenas pela garantia dos seus direitos, mas também pela sua efetivação (SATERÉ, 2020, p. 44).

Josias deixa patente que a comunicação dialógica, realizada por nós durante a pandemia e relatada neste *paper*, não deve ser um modelo fechado, academicista, entre grupos de pertencimento afetivo, mas sim estender-se no contexto dos nativos e com o Estado brasileiro. Ademais, considerando o conceito spinozano de “bons encontros”, concluímos que a dialogia comunicacional tendeu a ser uma interessante estratégia relacional dos Sateré-Mawé no decurso da comunicação com o universo dos brancos, sobretudo quando pensamos na violência que o vírus impôs

aos povos das terras baixas da América do Sul.

Segundo Sawaia (2020, p. 36), Spinoza acredita que a violência é “[...] uma composição de desmesura do poder, desrepeito aos direitos naturais e uma desigualdade social, pois, e como já dito, a afetividade desempenha papel de relevo nesse processo” (ID., op. cit.). Portanto, afirmamos que o útil comum formado por nós, do universo da ciência ocidental e branca, junto ao líder clânico Josias, também tendeu a se configurar como forma de enfrentar as dores vividas. A comunicação entre os corpos foi potencializadora para o enfrentamento da peste, tornando-se um útil-comum no contexto da pandemia.

Se o isolamento social era o único remédio preventivo para a covid-19 — e isolamento não quer dizer ausência de encontros ou solidão — então a formação do comum também representou um modo potente ao enfrentamento da violência e do genocídio aos povos indígenas. A união dos corpos, e das mentes, ainda que via comunicação remota, expandiu a potência e construiu estratégias possíveis para a defesa dos Sateré-Mawé, sendo assim um remédio ao vírus do individualismo promovido pelo capital.

O que tentamos destacar, em suma, é que os bons encontros produzem afetos alegres e foi essa a mediação para o direito natural do sujeito indígena perseverar na existência (SAWAIA, 2011), direito que é ameaçado pelo vírus. Importante destacar que o estudo faz parte de um conjunto de movimentações acadêmicas para se dar evidência ao sofrimento ético-político dos Sateré-Mawé da Terra Indígena Andirá-Marau, que foi potencializado a partir da alta disseminação da covid-19.

Conclusão

Imagina o estrago que o vírus pode fazer na nossa comunidade indígena, onde existe apenas a caricatura de postos de saúde e onde falta tudo? Os profissionais de saúde indígena, já nos dias comuns, enfrentam dificuldades para atender a enfermos Sateré-Mawé. Todos fazem milagres com os remédios e materiais disponíveis, sendo os casos de alta complexidade removidos a centros urbanos que abrigam hospitais de referência. No cenário do coronavírus, o problema se agrava. Além disso, a desinformação também pode matar mais que o próprio vírus. O medo de morrer se espalha e quem fica com medo não sabe o que fazer. Por isso, medidas paliativas, por mais bem-intencionadas e benéficas que sejam, devem vir acompanhadas de resoluções do problema. Caso contrário, as infecções vão se manter (SATERÉ, 2020, p. 44).

Este diálogo imediatamente acima, em evidência de citação, também foi coletado por nós durante a primeira onda do vírus no Amazonas e já se notava o teor da contundência na compreensão do problema. Josias assinalou essas palavras em livro por nós organizado. E, na época, talvez não soubéssemos com régia noção o quanto os escritos e as informações do líder clânico seriam ser importantes para a documentação da comunicação da etnia. Mas com o alastramento da pandemia, temos por certo que as notas comunicativas que Josias Sateré lega a todos, a partir de uma interlocução dialógica, enquanto informante e interpretador junto a seu povo, os Sateré-Mawé, são documentos históricos a serem acessados e analisados em profundidade.

Para nós, as palavras do líder educacional de linhagem clânica *ut* (sateré) soam hoje como uma severa resposta e ao mesmo tempo uma grande crítica ao Estado e ao mercado no Brasil, que na busca por vacinas estão a dever aos povos indígenas de todo o território. Estado e mercado que, na procura por soluções milagrosas, fazem-nos atingir mais de 250 mil mortes neste fim de fevereiro. Soam ainda, essas palavras de Josias, como uma forte resposta e crítica para a sociedade brasileira em geral que, desorganizada e imersa em disputas político-partidárias, tem deixado de mitigar o SARS-CoV-2 e provocado um etnocídio histórico contra os indígenas do Andirá-Marau.

Referências

ALBUQUERQUE, R. *et al.* A comunicação estratégica e histórica dos Sateré-Mawé/AM no enfrentamento à COVID-19 na Amazônia Central. **Comunicação & Inovação**. São Caetano do Sul, SP, v. 21, n. 47, p. 99-115, 2020. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/7264. Acesso em: 15 jun. 2020.

ALBUQUERQUE, R. *et al.* **Os desaparecidos da COVID-19: quarentenas amazônicas**. Embu das Artes: Alexa Cultural; Manaus: EDUA, 2020b. v. 6.

ALBUQUERQUE, R; JUNQUEIRA, C. **Brincando de onça e de cutia entre os Sateré - Mawé**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2017. 272p.

ALBUQUERQUE, R; BUSARELLO, F. R. Povos originários e “o comum”: reflexões

acerca do sofrimento ético-político de indígenas Sateré-Mawé/AM e Hixkaryana/AM *In*: SAWAIA, B.; ALBUQUERQUE, R.; BUSARELLO, F. R. **Afeto & comum**: reflexões sobre a práxis psicossocial. São Paulo: Alexa Cultural, 2018.

DAVIS, M. A crise do Coronavírus é um monstro alimentado pelo capitalismo. *In*: DAVIS, M., *et al.* **Coronavírus e a luta de classe**. Brasil: Terra sem Amos, 2020.

DELEUZE, G. **Espinosa**: filosofia prática. São Paulo: Escuta, 2002.

INFOVID#11: Podemos mudar o controle da pandemia? Publicado pelo canal IQCiência. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VdCHS8Z6IRU>. Acesso em: 12 ago. 2020.

JUNQUEIRA, C.; ALBUQUERQUE, R. A política de produção de ignorância de Bolsonaro é o maior vetor da covid-19. *In*: SAWAIA, B. *et al.* **Expressões da Pandemia**: fase 2. Embu das Artes: Alexa Cultural, 2020. 182 p. Disponível em: <https://ufam.academia.edu/RenanAlbuquerque>. Acesso em: 15 jun. 2020.

KRÜGER, A. **Bolsonaro é alvo de nova queixa no Tribunal Penal Internacional por atuação frente à pandemia do Corona-vírus**. Brasília: G1, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/07/26/bolsonaro-e-alvo-de-nova-queixa-no-tribunal-penal-internacional-por-atuacao-frente-a-pandemia-do-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 27 jul. 2020.

LEITE, M. S. Nutrição e alimentação em saúde indígena: notas sobre a importância e a situação atual. *In*: GARNELO, L.; PONTES, A. L. **Saúde Indígena**: uma introdução ao tema. Brasília: Ministério da Educação; Unesco, 2012.

MAGALHÃES, E. D. **Legislação Indigenista Brasileira e normas correlatas**. 3. ed. Brasília: FUNAI; CGDOC, 2005.

MELLAN, T. *et al.* Estimating COVID-19 cases and reproduction number in Brazil. **Imperial College London**, [s.l.], 2020. DOI: <https://doi.org/10.25561/78872>. Disponível em: <https://spiral.imperial.ac.uk/handle/10044/1/78872>. Acesso em: 20 jun. 2022.

OLIVEIRA, G. Í.; ALBUQUERQUE, R. Indígenas e quilombolas em *lockdown* territo-

rial para mitigar avanço do SARS-CoV-2. *In*: ALBUQUERQUE, R; FERREIRA, G. **Quarentenas Amazônicas**. Embu das Artes: Alexa Cultural; Manaus: EDUA, 2020. v. 1.

PAIVA, E. *et al.* **O tacape do diabo e outros instrumentos de predação**. São Paulo: Editora Alexa Cultural, 2019.

PHILLIPS, T.; MAISONNAVE, F. 'Utter disaster': Manaus fills mass graves as Covid-19 hits the Amazon. **The Guardian**, abr. 2020.

SANTOS, B. S. **A cruel pedagogia do vírus**. São Paulo: Editora Almedina, 2020.

SATERÉ, J; ALBUQUERQUE, R.; JUNQUEIRA, C. **Kapi**: uma liderança clânica e afim. Embu das Artes: Alexa Cultural; Manaus: EDUA, 2020.

SATERÉ, J. Abril Indígena no combate ao vírus: uma leitura Sateré-Mawé (clã sateré/ut) e sua resistência Tupi. *In*: SAWAIA, B. (org.) *et al.* **Expressões da Pandemia – Fase 1**. São Paulo: Alexa Cultural, 2020.

SAWAIA, B. B. (org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SAWAIA, B. B. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 3, p. 364-372, 2009.

SAWAIA, B.; ALBUQUERQUE, R.; BUSARELLO, F. R. (orgs.). **Afeto & Comum**: reflexões sobre a práxis psicossocial. São Paulo: Alexa Cultural, 2018.

SAWAIA, B.; ALBUQUERQUE, R.; BUSARELLO, F. R. O paradoxo do isolamento na pandemia segundo o povo indígena Sateré-Mawé/AM. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 32, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32240300>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/YZgsKPTNgVSYRLBLnGCfGpM/>. Acesso em: 04 set. 2020.

SPINOZA, B. **Ética**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

WILLIAMS, S. *et al.* Public perceptions and experiences of social distancing and social isolation during the COVID-19 pandemic: a UK-based focus group study. **MedRxiv, Preprint**, Apr. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1101/2020.04.10.20061267>.

Disponível em: <https://www.medrxiv.org/>

content/10.1101/2020.04.10.20061267v1.full.pdf. Acesso em: 05 set. 2020

